

Tópicos para o **Ensino de** **Biblioteconomia**

Volume II

Organizadores:

José Fernando Modesto da Silva
Francisco Carlos Paletta

DOI 10.11606/9788572051996

São Paulo
2019

ECA – USP



eca

INFORMAÇÃO PARA A AÇÃO POLÍTICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DA POLÍTICA CULTURAL E DOS INDICADORES CULTURAIS

Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira

Introdução

Como explicitado em artigo anterior, integrante do livro *Tópicos do Ensino de Biblioteconomia*, volume 1, a disciplina *Teoria da Ação Cultural* visa identificar e problematizar vetores que informam as dinâmicas culturais na contemporaneidade, tendo por premissa a inseparabilidade entre cultura, informação e comunicação. Objetiva-se, assim, a formação de profissionais aptos a atuar de maneira crítica em um amplo leque de ocupações, compreendendo sua ação inserida em contextos complexos, visando não apenas ao desenvolvimento humano, mas à consolidação democrática. Importante destacar que a disciplina é alimentada e alimenta pesquisas que desenvolvemos no campo da cultura e da informação, num processo permanente de retroalimentação.

No presente artigo, discute-se a o papel fundamental da informação para a ação política em contextos democráticos a partir da perspectiva da política cultural e dos indicadores culturais.

Informação organizada, transparente e compartilhada é instrumento fundamental de ação política em contextos democráticos sendo, portanto, importante elemento para a participação cidadã e para o desenvolvimento humano. Destaque-se que o desenvolvimento humano não pode ser visto apenas como o aumento da renda per capita, mas diz respeito a uma ampla dimensão humana estreitamente ligada à liberdade, o que passa pelo reconhecimento do papel ativo dos indivíduos. Em outras palavras, o desenvolvimento inscreve-se não apenas na esfera econômica

mas, da mesma forma, na esfera política, social e cultural. A garantia dos direitos políticos, dos direitos culturais, dos direitos à informação e à comunicação, dos direitos civis é determinante para a liberdade e, conseqüentemente, para o desenvolvimento. Participar das discussões públicas e intervir de maneira direta nas decisões políticas que afetam nossas vidas é parte integrante do desenvolvimento humano e, nesta vertente, a informação é fator fundamental de ação política para a liberdade, para nossa condição de agentes. Sem informação pública organizada e transparente para que se possa escolher de maneira ponderada não há pleno exercício da cidadania (OLIVEIRA, 2011).

A interação dinâmica entre o Estado e a sociedade civil determina a consolidação de uma sociedade efetivamente democrática que pressupõe a cidadania ativa, a ampliação dos espaços de cidadania. Uma gestão pública transparente, responsável, eficaz e eficiente é condição *sinequa non* para tal consolidação.

Para o alargamento e o adensamento das práticas democráticas torna-se fundamental a ampliação e a criação de novos circuitos de informação de forma a transformar os termos da participação da sociedade civil nas decisões públicas.

Na expressão de Paul Tolila, ex-diretor do DEPS¹, a necessidade de consolidação de uma ‘cultura coletiva da informação estruturada’, - o que implica a criação de estatísticas, indicadores e avaliações de políticas, ações e programas – é fundamental para uma gestão democrática, para o debate cidadão, que deve se apoiar em dados confiáveis e não em ‘impressões’. Em suas palavras,

Nenhum debate público e cidadão sério poderá ocorrer sem os dados estruturais que permitam fundamentá-lo de maneira confiável, autorizando simultaneamente a pluralidade das interpretações [TOLILA, 2007b, p.13].

1. DEPS – Département des Études, de la Prospective et des Statistiques do Ministério da Cultura da França criado nos anos 60, pouco depois da criação do próprio Ministério da Cultura francês tendo à frente André Malraux. Pioneiro na produção de estudos quantitativos e qualitativos sobre a cultura é, ainda hoje, referência obrigatória.

No Brasil, tal ‘cultura da informação estruturada’ ainda é bastante incipiente, apesar de termos vivenciado processos substanciais de transformação na gestão pública, sobretudo pelas novas articulações estabelecidas entre o governo e a sociedade civil a partir do processo de democratização pós-ditadura militar. Segundo o economista Ladislau Dowbor, *os sistemas existentes de informação não foram organizados para a participação cidadã* [DOWBOR, s/d, p.2]. Enquanto sociedade civil ainda não temos acesso de forma clara, transparente e direta às informações essenciais para a participação e o acompanhamento na e da vida pública, apesar da promulgação da Lei de Acesso à Informação - LAI, que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, regulamentando o direito constitucional do cidadão ao acesso a informações produzidas ou detidas pelo governo, significando um grande avanço social. Portais, publicações e outros suportes fornecem informações, mas nem sempre as ferramentas necessárias para sua decifração e utilização. Dowbor destaca ainda,

As informações, como já dissemos, existem, e em quantidades diluvianas, produzidas por instituições especializadas como IBGE, SEADE e outras, bem como por ministérios, pelo Banco Central, por governos de Estado, por administrações municipais. De forma geral, estas informações são geradas segundo uma filosofia da oferta, daquilo que a instituição considera que deveria produzir, com pouca consideração da demanda, ou seja, daquilo que a sociedade precisa saber para uma participação política informada [DOWBOR, s/d, p.8].

Dessa forma, a organização de informações que viabilizem a participação da sociedade civil é um enorme desafio para os gestores públicos. O estabelecimento de canais de comunicação de mão dupla é elemento determinante para a efetiva consolidação e exercício da democracia. Às demandas advindas da sociedade civil o poder público deverá responder com máxima transparência. A informação estruturada em forma de dados, estatísticas e indicadores destaca-se como ferramenta indispensável para o exercício democrático. Sem informação pública organizada e transparente,

para que se possa acompanhar, avaliar e escolher de maneira ponderada, não há pleno exercício da cidadania.

À luz dessas considerações buscaremos refletir sobre indicadores culturais, compreendidos como ferramentas essenciais para uma gestão democrática. A reflexão sobre esse tema não pode ser apartada de uma reflexão mais alargada sobre o setor cultural, compreendido na atualidade como setor chave para o desenvolvimento de qualquer sociedade na medida em que, numa conceituação ampla, diz respeito à dimensão simbólica da existência social, e como elemento central de constituição das sociedades contemporâneas e eixo estruturante do processo de desenvolvimento. *Jamais foi tão necessário levar em consideração as bases culturais para a formulação de qualquer desenvolvimento consistente e sustentado*, defende o cientista político uruguaio Gerardo Caetano [Revista OIC, 2007, p.11]. A avaliação de políticas culturais e as informações mais precisas sobre o setor cultural tomam por base a maior participação da sociedade civil na elaboração e gestão de políticas públicas. Segundo Paul Tolila, informações confiáveis, compreensíveis e bem divulgadas, adaptadas aos desafios das políticas públicas e às exigências da sociedade participativa são imprescindíveis, permitindo uma discussão real sobre as estratégias, os investimentos, as orientações e a satisfação dos direitos e necessidades dos cidadãos no âmbito democrático [TOLILA, 2007a].

Em maio de 2004, no Fórum Universal das Culturas de Barcelona, cidades e governos locais do mundo aprovaram um documento orientador das políticas públicas de cultura e contribuição para o desenvolvimento cultural da humanidade: a Agenda 21 da Cultura. Como declaração de intenções e compromisso mútuo para o desenvolvimento cultural (e seu corolário, que é o desenvolvimento humano), a Agenda 21 da Cultura, afirma, como um dos 16 princípios que a regem:

O desenvolvimento cultural apoia-se na multiplicidade dos agentes sociais. Os princípios de um bom governo incluem a transparência informativa e a participação cidadã na concepção de políticas culturais, nos processos de tomada de decisões e na avaliação de programas e projetos [Agenda 21 da Cultura, Princípios, Item 5].

Tal princípio dá suporte à reflexão sobre os indicadores culturais. Deles trataremos a seguir.

Indicador Cultural

Indicador cultural é um instrumento referencial para a compreensão de fenômenos culturais, expresso em geral de maneira numérica, visando a avaliar e medir, mais do que descrever, constituindo um privilegiado instrumento de política cultural. Os indicadores funcionam como ferramentas de diálogo, administração e decisão, além de instrumento avaliatório de ações, programas e políticas. Ressalte-se que política cultural é compreendida aqui como o *‘programa de intervenções realizado pelo Estado, instituições civis, iniciativa privada ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população’* (poderíamos acrescentar à esfera da necessidade a do desejo) *‘e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas’* [COELHO NETTO, 1997, p.293].

Em tese em que propõe um marco conceitual e indicadores culturais para políticas culturais de proximidade, a socióloga Liliana Sousa e Silva defende a necessidade de desenvolvimento de mecanismos eficazes para a elaboração e o monitoramento de políticas culturais, de diagnósticos sobre o processo cultural, de identificação das áreas estratégicas para o desenvolvimento a partir do setor cultural, o que determina a elaboração de sistemas de informação sobre o setor cultural. Destaca ainda, que para promover o sistema de produção cultural – a criação, a produção, a distribuição e o consumo – os diversos agentes culturais precisam contar com informações e conhecimentos sistematizados [SOUSA E SILVA, 2007, p.12]. Tais informações devem abarcar tanto os aspectos relativos à economia da cultura – compreensão do setor cultural como gerador de recursos financeiros –, quanto o que deve ser destinado ao setor, quais os bens produzidos por uma determinada sociedade, por quais grupos, como são difundidos e apropriados, quais os obstáculos limitadores de uma vida cultural rica e diversificada, entre tantos outros. Além disso, destaca ainda a autora, o processo de globalização e de troca intensa entre diversos países determina a criação e a sistematização de

informações sobre esses intercâmbios e a necessidade de estabelecimento de critérios comuns para a comparação e a regulação entre os países. Sublinha,

É possível conhecer e diagnosticar aspectos da cultura de uma sociedade por meio da produção de informações e estatísticas culturais; e também pela elaboração e aplicação de *indicadores culturais*, instrumentos capazes de captar informações sobre o processo cultural, seja no âmbito local, regional ou nacional. Os indicadores são aproximações da realidade que servem de referência para ajudar na compreensão de processos que ocorrem nas mais variadas esferas, não podendo, entretanto, ser considerados como verdades absolutas. Um indicador não é uma estatística pura e sim uma estatística processada com o objetivo de fornecer uma informação específica. Mais do que um dado, é uma ferramenta desenhada a partir de dados que lhe dão sentido e facilitam a compreensão da informação. Pode ser caracterizado como uma informação sintética que orienta, por exemplo, sobre a situação em que se encontra uma determinada política. Também pode ser visto como ferramenta para estudo de aspectos do passado e/ou do presente, capaz de fornecer elementos para decisões posteriores. É, portanto, uma forma de conhecimento da realidade capaz de orientar políticas, investimentos de recursos, programas, entre outros. Pode também ser considerado como um sinalizador de processos e resultados relativos a uma determinada ação planejada, criado para orientar a observação, o registro e a avaliação de planos, programas e ações [SOUSA E SILVA, 2007, p.13].

Um indicador cultural é uma estatística processada e posta em relação com outros dados estatísticos a fim de fornecer uma informação específica, não sendo, portanto, nem um dado puro, nem um elemento neutro, nem uma fotografia da realidade, mas um *constructo* que depende do contexto em que foi criado, de sua finalidade e de sua orientação. Na medida em que é uma variável que agrega informações, dando-lhes sentido, será tanto melhor quanto mais claras forem as perguntas às quais dará respostas. Uma

dificuldade para a criação de indicadores culturais é a heterogeneidade de sentidos atribuídos ao termo ‘cultura’, o que se reflete de maneira imediata na delimitação do campo cultural. Por ser dinâmica, cambiante e flutuante, a realidade cultural é de mais difícil apreensão do que a de outros setores, além de não permitir uma delimitação consensual sobre seu campo.

A definição da cultura com seu corolário que é a delimitação do campo cultural determina quais os dados, estatísticas e indicadores relacionados diretamente a ele. Uma delimitação mais restrita de cultura, por exemplo, relacionando-a às linguagens artísticas, determinará um campo cultural também restrito. Se a cultura for vista em sentido ampliado como modo de vida, em sua vertente antropológica, a delimitação do campo cultural será evidentemente ampla, incluindo uma larga gama de atividades que se procurará avaliar e medir.

A delimitação do campo cultural como base para a pesquisa e a explicitação dos critérios utilizados para isso é questão crucial para dar-lhe credibilidade e legitimidade, sobretudo na vertente de uma gestão efetivamente democrática. A pertinência das escolhas, a clareza de seus objetivos e de sua produção possibilitam a ampla utilização das informações obtidas, dando respaldo efetivo aos gestores, decisores e à sociedade civil de maneira ampla na formulação e acompanhamento de ações, programas e políticas, identificando necessidades, desejos e potencialidades existentes em diferentes contextos.

Independentemente dessas questões, Mariana Pfenniger ressalta que um indicador cultural deve ter, ao menos, as seguintes características: ser confiável; ser periodicamente atualizado; ser claro; ser comparável no tempo e no espaço; ser acessível e relevante para a política cultural. Destaca ainda que a origem de um indicador é uma estatística, o que determina que se defina que dados são necessários, a revisão da metodologia de sua coleta e a realização de esforços para gerar séries históricas a fim de que possam ser comparáveis no tempo [PFENNIGER, 2004, p.5].

Para o economista espanhol Salvador Carrasco Arroyo, os indicadores culturais são ferramentas de diálogo político e, como consequência, instrumentos necessários para o desenho de políticas culturais. Para serem úteis, os dados analisados devem converter-se em indicadores que, por sua vez,

devem converter-se em informação de forma a fornecer as bases da futura ação pública em termos culturais, produzindo-se um *feedback* informativo no sistema de estatísticas culturais. Um problema recorrente na criação de indicadores culturais é que existem poucos dados e estatísticas primários confiáveis; conseqüentemente, a construção de indicadores consistentes e robustos resulta difícil [ARROYO, 2006, p.3].

No caso brasileiro, a criação de indicadores culturais por parte da gestão pública é bastante recente. No âmbito federal, a parceria estabelecida entre o Ministério da Cultura (MinC) e o IBGE resultou na criação de um Sistema de Informações e Indicadores Culturais que veio a público em 2006. A partir de um breve histórico das políticas culturais brasileiras trataremos das informações e indicadores culturais divulgados pelo MinC/IBGE.

Das Políticas Culturais no Brasil

A cultura e a arte sempre ocuparam um lugar secundário no Brasil, desde os tempos da colônia. A singularidade do caso brasileiro – diferente de outras colônias da América que desde cedo assistiram à implantação da imprensa, de universidades e o apoio à circulação de livros – resume-se a um rígido controle sobre a cultura. Mesmo a vinda da família real e sua corte, em 1808, fugindo das tropas de Napoleão, não determinou mudanças substanciais na configuração de uma política cultural, compreendida como intervenções conjuntas e sistemáticas. O traslado de acervos reais que deram origem a instituições como a Biblioteca Nacional e o Museu de Belas Artes, mantiveram o quadro quase inalterado, e que assim se manteve com a independência e a proclamação da República.

A Revolução de 1930, que coloca Getúlio Vargas no poder, e o posterior endurecimento do regime, com o Estado Novo (1937-1945), são os marcos das políticas culturais no Brasil. Pela primeira vez o Estado brasileiro realizava um conjunto de intervenções sistemáticas na área da cultura, o que se refletia em práticas, legislações, organizações e instituições criadas para esse fim.

No interregno entre o Estado Novo e a Ditadura Militar (1945-1964), época em que experimentamos um período democrático, a cultura e a arte

desenvolveram-se de maneira vertiginosa nos mais diferentes campos e linguagens. No entanto, não houve por parte do Estado, nos diferentes governos, ações sistemáticas que configurassem políticas culturais, muito provavelmente como reação ao período autoritário e dirigista em todas as áreas, inclusive a cultural.

Com a ditadura militar instaurada após o golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964, a política cultural será percebida como instrumento fundamental da ação governamental para a construção e manutenção de uma nação homogênea, integrada, dentro do binômio segurança e desenvolvimento que guiava o projeto de nação gestado pelos militares. Governos autoritários têm a percepção do papel fundamental desempenhado pela cultura para a consolidação de seus projetos.

Nos governos de José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), a cultura volta a ocupar posição secundária, com dotação orçamentária pífia. A novidade é a introdução de leis de incentivo fiscal para a cultura (Lei Sarney posteriormente substituída pela Lei Rouanet, ainda em vigor), de maneira a incrementar o parco orçamento. A política cultural desses governos baseia-se tão somente nas leis de incentivo que contavam com poucos investidores privados.

Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao poder, em seus dois mandatos (1994-2002), a política cultural se restringirá à lei de incentivo que dará poder de decisão sobre a cultura aos investidores privados. No contexto neoliberal da gestão de FHC, o governo lança uma cartilha de incentivo ao investimento privado em cultura: *A cultura é um bom negócio*. O teto de renúncia fiscal é aumentado bem como os percentuais de isenção para tornar mais atrativa a participação na área.

No governo Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010), a cultura finalmente entrará na pauta governamental como componente fundamental das políticas públicas e o orçamento do MinC sofrerá um aumento significativo, embora ainda insuficiente para prescindir das leis de incentivo fiscal. O ministério é entregue a Gilberto Gil num gesto emblemático, e o discurso do ministro ressalta a mudança do conceito de cultura que paupará as ações do ministério: o conceito antropológico de cultura passará a ser adotado, o que significa compreendê-la como a *dimensão simbólica da*

existência social brasileira. O alargamento do conceito significa que a sociedade como um todo será privilegiada e não apenas produtores e criadores, as artes e o patrimônio. Uma série de ações e canais de interlocução são criados para aproximar o ministério da sociedade. O ministro Juca Ferreira, que assume a pasta depois da saída de Gil, mantém o mesmo rumo na gestão. Busca-se *‘desfazer relações assimétricas e tecer uma complexa rede que estimule a diversidade (...) a partir da ‘presença do poder público nos diferentes ambientes e dimensões em que a cultura brasileira se manifesta’* [PNC, 2008, p.11]

O portal do MinC passa a ser um canal privilegiado de informações sobre as ações do ministério. Fóruns são criados para a participação da sociedade. Nessa vertente, o convênio estabelecido entre o MinC e o IBGE para a criação de um sistema de informações e indicadores culturais é mais do que louvável e coloca em pauta a importância da informação pública organizada e transparente para que se possa acompanhar, avaliar e escolher de maneira ponderada, aproximando a gestão pública da sociedade civil.

Como a sociedade civil não é a extensão mecânica da cidadania política e *‘longe de ser um âmbito universal, é um território de interesses que se contrapõem e que só podem compor-se mediante ações políticas deliberadas’* [NOGUEIRA, 2004, p.111], cabe às políticas públicas sistematizar e difundir informações para que a democracia efetivamente se consolide.

As gestões do MinC que se seguiram, no governo da Presidenta Dilma Roussef (2011-2016), a saber, Ana de Hollanda (2011-2012), Marta Suplicy (2012-2014) e Juca Ferreira (2015-2016), não adensaram as ações na área da informação pública como se esperava. O ministro Juca Ferreira assumiu em um momento de turbulência política que culminou no impeachment da Presidenta.

Michel Temer, que assumiu a presidência após articulações que derubaram a presidenta, extinguiu o Ministério da Cultura e ressuscitou-o em seguida, sob pressão dos setores artísticos e culturais da sociedade, mas pouco importância dá ao setor cultural e à informação pública. A instabilidade que caracteriza o MinC se reflete na troca permanente de ministros: Marcelo Calero, Roberto Freire, João Batista de Andrade e Sérgio Sá Leitão ocuparam a cadeira em pouco mais de um ano de governo.

A Parceria MINC/IBGE

A parceria entre o Ministério da Cultura e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na construção de informações sobre o setor cultural procurou preencher uma lacuna e colocar o Brasil no circuito dos países que produzem e disseminam informações, bases de dados, estatísticas e indicadores sobre a cultura. O convênio firmado em dezembro de 2004 visava à elaboração de um Sistema de Informações e Indicadores Culturais, a fim de organizar e sistematizar informações sobre o setor cultural brasileiro a partir dos dados das pesquisas correntes do órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional, pelo viés da produção, do consumo, do emprego e dos gastos públicos.

Seminários temáticos foram criados com o objetivo de configurar a metodologia do estudo, envolvendo técnicos do Ministério da Cultura (MinC), da Fundação Casa de Rui Barbosa, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e o grupo de trabalho interdisciplinar composto por técnicos do IBGE, responsáveis pelas diferentes pesquisas utilizadas no estudo. As atividades culturais foram mapeadas nas seguintes pesquisas regulares da instituição:

- Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) e Pesquisas Estruturais Econômicas (Pesquisa Industrial Anual – Empresa - PIA Empresa; Pesquisa Anual de Comércio – PAC; Pesquisa Anual de Serviços – PAS), para obtenção de informações sobre a produção de bens e serviços culturais.
- Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas (APU), para identificar os gastos governamentais.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a fim de obter as características das ocupações e das atividades culturais realizadas pela população.
- Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), para obter informações sobre o consumo e a posse de bens duráveis relacionados à cultura pelas famílias brasileiras.

Em texto que reflete sobre a parceria MinC/IBGE para a consolidação de informações sobre o setor cultural, a economista Cristina Lins, do

IBGE, uma das responsáveis pela pesquisa, destaca que a parceria visou ao desenvolvimento e produção de uma base consistente de informações relacionadas ao setor cultural de maneira a fomentar estudos, pesquisas, publicações, além de dar subsídios para a formulação de políticas públicas [LINS, 2006].

Em 2006 foi lançado o *Sistema de Informações e Indicadores Culturais* (SIIC), com dados referentes ao ano de 2003, disponibilizado nos portais do MinC e do IBGE em formato pdf, além do formato impresso. O estudo buscou sistematizar informações relacionadas ao campo das atividades culturais brasileiras, com base nas estatísticas sobre a produção de bens e serviços, os gastos das famílias e do governo e as características da mão-de-obra ocupada no setor. Na introdução do trabalho lê-se:

Neste estudo, a análise econômica da cultura foi realizada por meio da mensuração dos produtos (bens e serviços) ofertados e consumidos. Convém ressaltar que, mesmo partindo de um princípio conceitual e metodológico simples (estudo da oferta e demanda de produtos associados à cultura), houve enorme dificuldade para mensurar a importância econômica da cultura no Brasil, em virtude da insuficiência de dados estatísticos sobre as atividades de produção de bens culturais no País.

Desta forma, o IBGE, como órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional, procurou investigar o setor cultural por meio de informações cadastrais, estatísticas e documentais, já disponíveis, para, assim, elaborar os indicadores culturais que revelam as diferentes faces da cultura no País, pelo lado da produção, do consumo e do emprego [IBGE, 2006, p.12].

Para classificar as atividades econômicas culturais, o IBGE utilizou a Classificação das Atividades Econômicas – CNAE 1.0, que tem comparabilidade internacional. Com base nas classes da classificação – o nível mais detalhado da pesquisa – o setor cultural foi delimitado. Nem sempre a desagregação das atividades diretamente relacionadas à cultura foi possível, o que impossibilita uma fotografia mais próxima do real.

Um problema central apresentado decorre de o fato das informações quantitativas serem obtidas nas pesquisas correntes da instituição, o que traz dificuldades quanto à agregação das informações, as variáveis utilizadas e a delimitação do campo cultural. Dentro das dificuldades de delimitação do campo cultural insere-se a questão das novas tecnologias e sua inclusão nas estatísticas relativas ao setor cultural. O papel central desempenhado pelas telecomunicações e pela internet na produção, distribuição e uso de bens e serviços culturais - cumprindo papel fundamental na democratização do acesso à cultura, especialmente em um país como o Brasil que se caracteriza pela má distribuição dos equipamentos culturais -, põe em relevo a questão da incorporação dessas atividades na delimitação do setor cultural para a criação das informações.

O presente artigo não tem por objetivo uma reflexão crítica sobre o estudo, mas compreender como o setor cultural é inserido no circuito da informação pública, nesse caso específico a partir do convênio entre o MinC e o IBGE, com todos os desafios e dificuldades inerentes ao pioneirismo. Independentemente dos problemas apresentados no estudo, a iniciativa é mais do que louvável. A continuidade das publicações do IBGE/MinC é fundamental, mas mudanças nas gestões posteriores do MinC inviabilizaram a manutenção da parceria no ritmo e profundidade que vinham acontecendo. A prática da descontinuidade, corrente no Brasil tanto em âmbito privado quanto público, além de não possibilitar a construção de séries históricas de dados, resulta em uma enorme dispersão das pesquisas e estudos sobre o setor, produzindo-se retratos localizados e datados.

Em 2007, outro estudo fruto da parceria IBGE/MinC foi lançado, desta vez com dados comparativos dos anos de 2003, 2004 e 2005 (com exceção da PNAD, que traz dados de 2006 e da POF, com informações de 1987-1988, 1995-1996, 2002-2003), na perspectiva de criação de série histórica que possibilitasse a análise de dados em perspectiva comparada, ao longo de diferentes anos.

Ainda em 2007, o IBGE lançou em parceria com o MinC o *Suplemento Munic Cultura* na sexta edição do *Perfil dos Municípios Brasileiros*, pesquisa de caráter censitário que percorre anualmente a totalidade dos 5564 municípios brasileiros a fim de traçar o perfil e as atividades no âmbito da

gestão municipal. Os dados foram coletados no ano de 2006. Este suplemento traz informações fundamentais sobre a gestão municipal - órgão gestor da cultura, infraestrutura do órgão gestor da cultura no município, recursos humanos da cultura na prefeitura, instrumentos de gestão utilizados, legislação, existência e funcionamento de conselhos, existência e características de Fundo Municipal de Cultura, recursos financeiros, existência de Fundação Municipal de Cultura, ações, projetos e atividades desenvolvidas; levantamento sobre os meios de comunicação no país; existência, quantidade e distribuição dos equipamentos culturais no território brasileiro; mapeamento das atividades culturais e artísticas existentes nos municípios. Traz também informações preciosas sobre a cultura no Brasil em termos materiais, podendo subsidiar ações do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil. Esperava-se que uma pesquisa desse porte se repetisse depois de algum tempo para que fosse possível aferir mudanças e permanências. Em 2009 e 2012, as edições da *Munic* contemplaram informações sobre o setor cultural, mas não em um suplemento específico. Em 2015, foi lançado o suplemento de Cultura do Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros 2014 (Estadiv/Munic), com informações importantes sobre o setor cultural.

Outro estudo com informações relevantes sobre o setor cultural foi lançado em 2009 pelo MinC: *Cultura em Números - Anuário de Estatísticas Culturais*. Também sem outra versão, apesar do termo anuário estar associado à repetição sistemática, o estudo traz não apenas estatísticas, mas indicadores, gráficos e mapas sobre o setor cultural no que tange a diferentes aspectos. Segundo o Ministro Juca Ferreira, na apresentação do trabalho,

O manejo consciente deste *Cultura em Números* nos possibilita traçar caminhos, buscar instrumentos e consolidar políticas públicas de cultura que possam sanar tais deficiências. Trata-se de um precioso instrumento para injetar maior objetividade e racionalidade na gestão cultural, já que, sem indicadores, faltam-nos parâmetros para criar, acompanhar e avaliar o impacto dos nossos programas e das nossas políticas [MINC, 2009, p.26].

A citação do ministro parece indicar que o anuário foi criado visando a dar insumos à própria gestão do MinC, embora haja um ‘guia para o leitor’, logo em seguida à apresentação, que se pretende uma bússola guiando a decifração das inúmeras informações trazidas pelo anuário. Sua divisão dá conta de cinco áreas específicas: oferta da cultura; demanda da cultura; indicadores culturais; financiamento da cultura; gestão pública da cultura. Foram utilizadas como fontes para o estudo, pesquisas do IBGE, do IPEA, do INEP, do MinC e de uma instituição privada, o IBOPE, para dar conta das informações relativas à demanda da cultura (sobretudo o consumo cultural). As informações são de anos distintos, o que é um complicador para um anuário: 2006 (muitas informações advêm do Suplemento Cultura do IBGE, anteriormente citado) e 2007; as informações do Ibope são de 2005-2006. Os indicadores de economia da cultura são de 2003-2005. A compilação de pesquisas organizadas em vetores fundamentais para a compreensão do setor cultural é insumo fundamental para pesquisadores, gestores, decisores e para a sociedade civil de maneira ampla.

Em 2014, o MinC lançou uma plataforma digital que permitia inserção de dados pelos cidadãos, em um processo colaborativo, com informações sobre o setor cultural: SNIIC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, que vinha sendo elaborado desde 2004, de maneira a permitir que os agentes culturais e a sociedade como um todo pudessem ter acesso a informações do setor cultural de maneira concentrada. Em 2015 o sistema foi remodelado:

O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) tem o intuito de coletar, armazenar e difundir dados e informações sobre objetos culturais em âmbito nacional, agregando bases de dados de órgãos públicos e privados de cultura, que facilitarão a atualização das informações por meio de acesso remoto, formando um sistema de informações dinâmico e vivo que pretende ter o maior repositório de dados sobre a cultura brasileira. Esses dados serão compartilhados de forma pública e transparente, oferecendo informações estratégicas tanto para os órgãos e instituições gestoras da cultura quanto para todo cidadão

brasileiro (MinC, <http://www.brasil.gov.br/cultura/2015/07/novidades-no-sistema-de-indicadores-culturais>).

À plataforma caberia avaliar e monitorar o Plano Nacional de Cultura, congregando informações que seriam permanentemente atualizadas.

O SNIIC foi transformado a partir de 2016, tornando-se uma plataforma denominada Mapas Culturais, mais aberta à participação da sociedade civil:

A novidade do SNIIC proposta pela Secretaria de Políticas Culturais está em unir o arcabouço técnico da web semântica e dos arranjos de transparência fundamentados no modelo ‘open data’ (dados abertos), com as potencialidades da participação direta da sociedade civil através de interfaces típicas das mídias sociais. Trata-se de qualificar o uso dos dados públicos pelos cidadãos interessados, e implementar ambientes e padrões que incentivem o desenvolvimento distribuído de aplicações e serviços, criados a partir de demandas locais. A estratégia é focar no design da participação buscando soluções simples, mínimas, que possam evoluir com a colaboração direta dos interessados. É o ‘governo como plataforma’(MinC, <http://sniic.cultura.gov.br>).

A despeito das inovações propostas pelo SNIIC, há poucas informações disponíveis na atualidade (outubro de 2017), o que espelha o descaso com a cultura na atual gestão, assim como com a transparência e a informação pública.

A criação de um amplo sistema de informações sobre o setor cultural no Brasil não se viabilizará se não tivermos, de fato, estudos sistemáticos que permitam a criação de séries históricas que sirvam efetivamente como instrumentos claros para uma gestão democrática.

Considerações finais

Alargar e adensar as práticas democráticas exige a ampliação e a criação de novos circuitos de informação de forma a transformar os termos da

participação da sociedade civil nas decisões públicas. No Brasil, ainda é preciso consolidar a ‘cultura coletiva da informação estruturada’ em todos os setores da vida pública.

No que tange especificamente ao setor cultural, apesar de iniciativas fundamentais tomadas pelo Ministério da Cultura, sobretudo em sua parceria com o IBGE, ainda estamos longe de consolidar tal cultura. Os estudos estruturados e publicados ainda não são suficientes e não têm nenhuma garantia de continuidade. Se desejamos, de fato, a ampliação da prática democrática, é preciso que o poder público garanta a informação pública organizada e transparente para que se possa acompanhar, avaliar e escolher de maneira ponderada, sem o que não há pleno exercício da cidadania. As novas ferramentas digitais permitem novos arranjos e articulações, com ampla participação cidadã, e são fundamentais para maior informação e transparência.

A discussão que ora empreendemos, acerca da informação para a ação política em contextos democráticos a partir da perspectiva da política cultural e dos indicadores culturais, tópico da disciplina Teorias da Ação Cultural, situa-se na interface entre Cultura e Informação, sendo de fundamental importância para a formação de profissionais críticos, comprometidos com a sociedade, compromisso maior de uma universidade pública.

Referências

Agenda 21 da Cultura. In: *Revista Observatório Itaú Cultural/OIC* – n.1 (jan./abr.2007). São Paulo: Itaú Cultural, 2007, p. 53-63.

ARROYO, S.C. Medir la cultura:una tarea inacabada. **Periférica** n.7, 2006. Disponível em: <<http://www.uv.es/carrascsc/PDF/medir%20la%20cultura.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2011.

COELHO NETTO, J.T. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DOWBOR, L. **Informação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://dowbor.org/04infocid.doc>>. Acesso em 17 jul. 2011.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais**: 2003. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais**: 2003-2005. Rio de Janeiro, 2007.

IBGE. Suplemento Munic Cultura. In: **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 2006.

LINS, C. **Indicadores culturais**: possibilidades e limites – As bases do IBGE. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.cultura.org.br>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

MINC/Câmara dos Deputados. *Plano Nacional de Cultura*. Brasília: 2008.

MINC. **Cultura em Números**: anuário de estatísticas culturais. Brasília, 2009.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, L.M.B. Informação, ação política e desenvolvimento humano. **DataGramazero**, vol. 12, n.4, 2011.

PFENNIGER, M. Indicadores y estadísticas culturales: un breve repaso conceptual. **Portal Iberoamericano de Gestión Cultural**, 2004. Disponível em: <<http://www.gestioncultural.org>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

Revista Observatório Itaú Cultural/OIC – n.1 (jan./abr.2007). São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

SOUSA E SILVA, L. **Indicadores para políticas culturais de proximidade: o caso Prêmio Cultura Viva**. São Paulo, 2007. Tese (PPGCI) da Escola de Comunicações e Artes da USP.

TOLILA, P. **Cultura e Economia**. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2007a.

TOLILA, P. Observatório cultural: ferramenta democrática de ação política. **Revista Observatório Itaú Cultural/OIC**, São Paulo – n.1, p. 34-42, jan./abr.2007b.

UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: Unesco Brasil, 2003.

Sites

<http://www.cultura.gov.br/sistema-nacional-de-informacoes-e-indicadores-culturais-sniic->

<http://sniic.cultura.gov.br>

<http://www.brasil.gov.br/cultura/2015/07/novidades-no-sistema-de-indicadores-culturais>